

## Um método para o mapeamento e gestão de dados do financiamento do Esporte de Alto Rendimento no Brasil

### A method for mapping and data managing of the Elite Sports funding in Brazil

DOI:10.34117/bjdv7n7-350

Recebimento dos originais: 14/06/2021

Aceitação para publicação: 14/07/2021

#### **Alan de Carvalho Dias Ferreira**

Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisador da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança – ESEFID/UFRGS

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Endereço: Rua Felizardo, 750, Bairro: Jardim Botânico - CEP 90690-200

E-mail: 3105.ferreira@gmail.com

#### **Alberto Reinaldo Reppold Filho**

Doutor em Educação pela Universidade de Leeds (Inglaterra). Professor e pesquisador da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

E-mail: alberto.reppold@ufrgs.br

#### **RESUMO**

Introdução: o financiamento do Esporte de Alto Rendimento (EAR) realizado historicamente por meio de isenções de taxas, tributos e impostos às próprias entidades esportivas, nos últimos anos foi somado a uma série de ações governamentais e também ao patrocínio de empresas privadas. Objetivo: identificar as fontes de recursos financeiros públicas federais e privadas disponíveis para o EAR brasileiro, além de descrever um método para gestão de dados de tais recursos. Métodos: por meio de pesquisa exploratória, foi realizada análise documental na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte e em páginas eletrônicas oficiais. Adicionalmente, foi realizada pesquisa de campo, por meio de questionário eletrônico às confederações nacionais, para **catalogar e categorizar dados sobre as fontes, os destinos e as formas de aplicação dos recursos financeiros investidos no esporte olímpico e paralímpico brasileiro. Resultados:** evidenciou-se que o EAR brasileiro possui oito fontes de financiamento. Os recursos destas fontes podem ser destinados tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas e, aplicados de 13 diferentes formas: diretamente em atletas, em recursos humanos, no treinamento, na competição, em equipamento e material esportivo, em instalações esportivas, em pesquisa científica, assim como em capacitação, tecnologia, além de despesas administrativas, na avaliação da saúde e do desempenho dos atletas e, em investimentos com marketing. Conclusão: o método de categorização de informações do financiamento do EAR, apresentadas nesse trabalho, pode colaborar substancialmente com a gestão de dados do esporte e também com a avaliação de políticas e ações governamentais, visto que a estratégia de identificação dos destinos e das formas de aplicação dos recursos financeiros pode colaborar com futuras pesquisas que

objetivem analisar e comparar dados de várias fontes de recurso, simultaneamente, podendo-se determinar quantitativamente os valores e estratégias de investimento.

**Palavras-Chave:** Esporte, Esporte de Alto Rendimento, Financiamento, Política Pública, Gestão de Informações.

## ABSTRACT

Introduction: Elite Sports (ES) funding, carried out historically through exemptions from fees and taxes to the sports organizations, has been added in recent years to a series of governmental actions and private companies' sponsorship. Aims: identifying the sources of public and private financial resources available to the Brazilian ES, in addition to describing a method for data managing on such resources. Methods: through exploratory research, document analysis that was performed at the National High-Performance Sports Department of the Ministry of Sports and on official websites. Additionally, field research was carried out, through an electronic questionnaire to national confederations, in order to catalog and categorize data on the sources, destinations and financial resources application types invested in Brazilian Olympic and Paralympic sports. Results: it was evidenced that the Brazilian ES has eight funding sources. The financial resources of these sources can be destined for both individuals and legal entities and applied in 13 different ways: directly to athletes, in human resources, in training, in competition, in sports equipment and material, in sports facilities, in scientific research, as well as in training, technology, in addition to administrative expenses, in evaluating the health and performance of athletes, and in investments in marketing. Conclusion: the method of categorization of ES funding information, presented in this work, can substantially collaborate with the management of sport data and also with the assessment of government policies and actions, as the strategy of identifying destinations and forms of application of financial resources can collaborate with future researches that aim to analyze and compare data from several sources of resources, simultaneously, being able to quantitatively determine the values and investment strategies.

**Keywords:** Sport, Elite Sports, Funding, Public Policy, Information Management.

## 1 INTRODUÇÃO

O financiamento do Esporte de Alto Rendimento (EAR) vem sendo discutido em vários estudos nacionais e internacionais como uma das estratégias políticas de promoção do esporte<sup>1</sup>. Além disso, muitos trabalhos sugerem que a promoção de atletas de alto rendimento e os seus respectivos sucessos esportivos são resultados de um processo de planejamento estratégico<sup>1, 2</sup>. Tais estudos também têm demonstrado que os países necessitam, inevitavelmente, tratar seus investimentos de uma forma estratégica, ou seja, os investimentos, ao serem parte vital do sucesso esportivo, precisam estar em constante sintonia com os resultados obtidos (produto)<sup>2, 17</sup>.

O EAR brasileiro, especialmente os esportes olímpicos e paralímpicos, vem sendo considerado um dos setores estratégicos do Governo Federal, principalmente após a

vitória do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016<sup>3</sup>. Nesta realidade, para execução das políticas, o governo aloca recursos financeiros do Ministério do Esporte por meio da formalização de parcerias com outros entes públicos (municípios, estados, outros órgãos federais como universidades e ministérios) e entidades privadas sem fins lucrativos, como confederações e clubes<sup>4</sup>.

Segundo De Bosscher et al.<sup>2</sup>, a criação de um ambiente favorável à evolução do desempenho e resultado esportivo está relacionada a um maior suporte de recursos financeiros que garanta a sustentabilidade de atletas e do sistema esportivo de um país. Porém, apesar de um razoável volume de trabalho sobre o financiamento do esporte brasileiro, não há na literatura científica um método estabelecido para o mapeamento do universo de fontes de recursos financeiros disponíveis para o EAR brasileiro. A partir de tal mapeamento, informações de todas as fontes de recursos podem ser gerenciadas, permitindo a sua alocação estratégica, o que é fundamental na era da gestão de dados<sup>15</sup>.

Diante desta realidade e considerando que o apoio financeiro para o Esporte de Alto Rendimento pode criar mais oportunidades para desenvolvimento do esporte e para que os atletas desenvolvam os seus talentos, este estudo tem o objetivo de identificar as fontes de recursos financeiros públicos federais e também fontes privadas disponíveis para o EAR brasileiro, além de descrever um método para a gestão de dados destes recursos, incluindo os destinos e as formas de aplicação.

## 2 MÉTODOS

### Tipo de pesquisa e amostra

Para mapeamento das fontes de recursos financeiros do EAR brasileiro, este trabalho **contemplou informações dos esportes olímpicos e paralímpicos dos Jogos Rio 2016, sendo realizado em três etapas: (1) definição do escopo de dados; (2) coleta de dados; (3) catalogação e categorizações dos dados sobre as fontes, os destinos e as formas de aplicação dos recursos. Para a etapa 1 foi realizada pesquisa exploratório, por meio das técnicas da pesquisa documental<sup>16</sup> e preenchimento de formulários eletrônicos; seguida de pesquisa de campo<sup>16</sup> com aplicação de questionários eletrônicos na fase 2. Já na fase 3 foram utilizados os métodos de gestão de informações descritos por Ferreira (2018)<sup>5</sup> e Valentim (2008)<sup>7</sup>. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o parecer 2008010.**

Para definição do escopo de informações foi realizada pesquisa exploratória qualitativa, para identificar, conceituar e delimitar as fontes dos recursos financeiros disponíveis para o EAR no Brasil. Foram utilizados os métodos descritos por Ferreira<sup>5</sup> para catalogar e sistematizar as informações dessas fontes. Os dados catalogados sobre os recursos financeiros dizem respeito a sua natureza, sua origem, a identificação da fonte, seus possíveis destinos e suas formas de aplicação (Tabela 1).

Considerou-se como amostra e escopo de informações os dados das entidades públicas e privadas, nacionais, estaduais e municipais que: administram a prática e as competições esportivas; que são fontes ou destinos de recursos financeiros aplicados no EAR; organizam ou promovem eventos esportivos; produzem ciência e tecnologia ligadas ao esporte; e, administram instalações esportivas.

Tabela 1. Dados coletados para mapear as fontes de financiamento do Esporte de Alto Rendimento no Brasil.

<b>Tipos de dados coletados sobre o financiamento</b>	<b>Descrição</b>
Natureza	Natureza jurídica dos valores investidos no Esporte de Alto Rendimento
Origem	Origem dos recursos financeiros, segundo sua natureza e sua determinação orçamentária
Fonte	Instrumento legal que determina a fonte de recursos públicos ou a receita utilizada por entidades privadas para financiamento do Esporte de Alto Rendimento
Destino	Pessoas jurídicas e pessoas físicas aptas a receber tais recursos
Forma de Aplicação	Forma de uso final de utilização dos recursos financeiros, dada pelas pessoas jurídicas ou físicas, destinatárias dos recursos financeiros

### **Instrumentos e procedimentos de coleta de dados**

Para obtenção das informações descritas na Tabela 1, foi realizada pesquisa documental na página eletrônica oficial, seguida da aplicação de questionários eletrônicos junto às confederações (Entidades Nacionais de Administração do Desporto), além do preenchimento de formulários eletrônicos, com objetivo de registrar os dados, classificá-los, interpretá-los e analisá-los.

Antes da padronização dos formulários e da aplicação dos questionários, foi realizado estudo piloto com entidades do atletismo e da natação paralímpica, para testagem e calibração dos instrumentos e procedimentos. Posteriormente, os procedimentos de coleta de dados foram divididos nas três etapas a seguir:

(1) Obtenção de dados *in loco* no Ministério do Esporte: pesquisa documental em materiais impressos e eletrônicos, nos arquivos da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR): foram consultados dados dos convênios, contratos de repasse e

descentralizações firmados entre o ME - via SNEAR - e entidades públicas e privadas; projetos aprovados e incentivados pela Lei de Incentivo ao Esporte (LIE); lista de atletas contemplados pelo Programa Bolsa-Aleta e dos participantes do Plano Brasil Medalhas; além da lista de empresas estatais que investiram recursos financeiros no EAR.

(2) Obtenção de dados em páginas eletrônicas oficiais: pesquisa documental nas páginas eletrônicas oficiais das entidades que fazem parte do Sistema Nacional do Desporto<sup>6</sup> para obter informações das entidades que organizam competições nacionais e internacionais e das entidades que patrocinam o EAR brasileiro; e, lista de escolas de educação física ligadas à instituições de ensino superior, públicas e privadas, no Brasil, inclusive sobre recursos oriundos da Lei Agnelo Piva, repassados para COB e para o CPB, e destes para as confederações; e, sobre recursos financeiros privados oriundos da receita das confederações e de patrocínios de empresas privadas para essas entidades.

(3) Aplicação de questionário junto às confederações: questionário aplicado às 34 Entidades Nacionais de Administração do Desporto (ENADs) que administram esportes olímpicos e/ou paralímpicos. O questionário foi construído a partir das informações coletadas nas etapas anteriores, confeccionado e estruturado em três partes: a) apresentação; b) cinco perguntas sobre as características do financiamento da entidade e de seus atletas; e c) estruturação das respostas (indicação dos atributos e dados necessários para a completa obtenção dos dados). As informações de todas as entidades e etapas foram catalogadas e compuseram o banco de dados final desse estudo.

### **Análises**

Os dados coletados foram catalogados em um banco de dados MySQL, conforme métodos descritos por Ferreira (2018)<sup>5</sup> e Valentim (2008)<sup>7</sup>, com o objetivo de e categorizar os dados segundo as fontes, os destinos e as formas de aplicação dos recursos financeiros no EAR. Para isso, foram elaborados um Glossário de Termos e um Dicionário de Dados que orientaram a construção do método de gestão de dados e determinaram a validação das informações quanto ao seu formato e conteúdo.

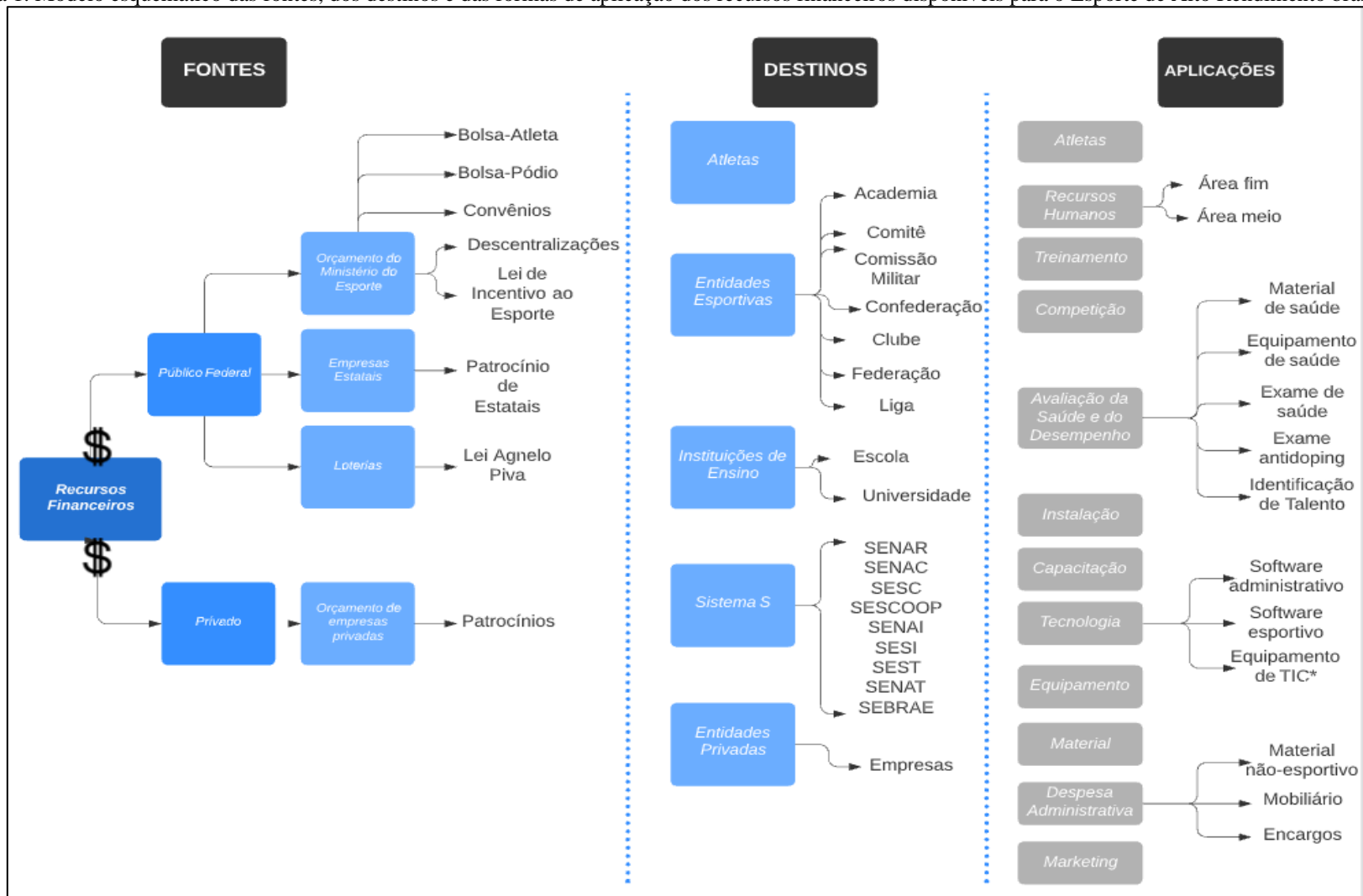
### **3 RESULTADOS**

A pesquisa documental no Ministério do Esporte, nas páginas eletrônicas oficiais e a aplicação dos questionários permitiu detectar que o universo de recursos financeiros que financia o Esporte de Alto Rendimento brasileiro, considerando os recursos públicos federais e os privados, abrange:

- (1) Recursos públicos federais oriundos do Orçamento do Ministério do Esporte como convênios e contratos de repasse e das Descentralizações (Decreto nº 6.170, de 2007), do Programa Bolsa-Atleta (Lei 10.891/2004) e do Programa Brasil Medalhas (Lei 12.395/2011);
- (2) Recursos oriundos do patrocínio de Empresas Estatais;
- (3) Das Loterias por meio da Lei Agnelo Piva (Lei 10.264/2001) Lei 11.438/2006;
- (4) Da Lei de Incentivo ao Esporte;
- (5) Dos recursos próprios oriundos da receita de Entidades Nacionais de Administração do Desporto (Confederações); e,
- (6) De patrocínios de empresas privadas para entidades esportivas.

A partir da identificação da fonte de recursos financeiros do EAR e do estudo dos dados coletados, foi possível identificar seus destinos (para entidades e pessoas físicas) e suas formas de aplicação (Figura 1). Já o método de gestão de dados e a descrição de cada fonte, de cada destino e das formas de aplicação dos recursos podem ser observados na Tabela 2.

Figura 1. Modelo esquemático das fontes, dos destinos e das formas de aplicação dos recursos financeiros disponíveis para o Esporte de Alto Rendimento brasileiro.



\*TIC = Tecnologias de informática e comunicação

Tabela 2. Descrição das fontes, dos destinos e das formas de aplicação utilizados para construção do método de gestão de dados do financiamento do Esporte de Alto Rendimento no Brasil.

FONTES	
<b>Convênios</b>	Instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros de dotações Orçamentárias da União e tem como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, em regime de mútua cooperação. Também pode ser realizado com a intermediação (contrato de repasse) de uma instituição ou agente financeiro público federal, que representa a União na execução e fiscalização da transferência (Decreto nº 6.170, de 2007).
<b>Descentralizações</b>	Descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes do Orçamento da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora. Movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária. (Decreto nº 6.170, de 2007)
<b>Bolsa-Atleta</b>	Repasse de recursos públicos federais diretamente para atletas habilitados por resultados esportivos (Lei 10.891/2004).
<b>Plano Brasil Medalhas</b>	Repasse de recursos públicos federais diretamente para atletas habilitados ao Bolsa Pódio, além de recursos para viabilização de equipe técnica multidisciplinar; para participação em competições internacionais; para realização de treinamentos e intercâmbios internacionais; e, para fornecimento de equipamentos e materiais esportivos de alta performance (Lei 12.935/2011).
<b>Lei de Incentivo ao Esporte</b>	Investimento de parte do Imposto de Renda de empresas e pessoas físicas em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. Empresas podem investir até 1% do imposto e as pessoas físicas até 6%. (Lei 11.438/2006).
<b>Patrocínio de Estatais</b>	Investimentos de empresas estatais (Petrobras, Infraero, Eletrobras, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Banco do Nordeste) para confederações, federações e clubes.
<b>Loterias - Lei Agnelo Piva</b>	Investimento de 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (Lei 10.264/2001).
<b>Entidades privadas</b>	Oriundos da receita de Entidades de Administração do Esporte e de patrocínios de empresas privadas.
DESTINOS	
<b>Atletas</b>	Quando os recursos são repassados das fontes diretamente para atletas.
<b>Entidades Esportivas</b>	Quando os recursos são repassados para entidades com atividade principal ligada ao esporte, como comitês, confederações, federações, clubes, ligas, academias e comissões esportivas.
<b>Instituições de Ensino</b>	Quando os recursos são repassados para universidades, faculdades, centros ou institutos de ensino superior, públicos ou privados; para escolas de ensino médio ou fundamental, públicas e privadas.
<b>Entidades da Administração Pública</b>	Quando os recursos são repassados para entidades que integram a administração pública direta ou indireta, como ministérios, secretarias e outros órgãos do poder executivo, autarquias e fundações públicas.
<b>Empresas Privadas</b>	Quando os recursos são repassados para pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.



<b>Entidades do Sistema S</b>	Quando os recursos são repassados a uma ou ao conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi), etc.
<b>FORMAS DE APLICAÇÃO</b>	
<b>Atleta</b>	Investimentos diretos para atletas, como bolsas, salários, ajuda de custos.
<b>Recursos Humanos</b>	Investimentos com bolsas, salários, ajuda de custos - na forma de auxílio financeiro - para gestores, árbitros, técnico esportivo, treinadores, equipe multidisciplinar ligados à área fim ou à área meio.
<b>Treinamento</b>	Investimentos para participação de atletas e membros da equipe multidisciplinar em treinamentos nacionais e internacionais, como passagens aéreas, documentação, transporte, alimentação, hospedagem, inscrições e seguros.
<b>Competição</b>	Investimentos para participação de atletas e membros da equipe multidisciplinar em competições nacionais e internacionais, como passagens aéreas, documentação, transporte, alimentação, hospedagem, inscrições e seguros.
<b>Material Esportivo</b>	Investimentos para aquisição ou manutenção de objeto ou conjunto de objetos (materiais) empregados em um ou vários esportes, considerados de consumo.
<b>Equipamento Esportivo</b>	Investimentos para aquisição ou manutenção de aparelho ou conjunto de objetos (equipamentos) empregados em um ou vários esportes, considerados permanentes.
<b>Instalação Esportiva</b>	Investimentos para construção, manutenção, locação e/ou reforma de instalações para treinamentos e competições.
<b>Pesquisa Científica</b>	Investimentos com pesquisas científicas e apoio ao desenvolvimento do conhecimento do esporte e de atletas.
<b>Capacitação</b>	Investimentos com cursos e capacitação de atletas, treinadores, gestores, árbitros e equipe multidisciplinar.
<b>Tecnologia</b>	Investimentos com o desenvolvimento ou aquisição de programas destinados a avaliação de atletas e/ou gestão de treinamentos/competições; com a aquisição de hardware (computador, tablet, impressoras, scanners, projetores, redes, celulares, rádio-comunicadores); com a aquisição de programas destinados a gestão administrativa de entidades esportivas.
<b>Despesa Administrativa</b>	Despesas com serviços, locação e aquisição de material de expediente, além de despesas com premiações como medalhas, troféus, etc; aquisição de mobiliário não-esportivos, utilizados pela área meio, como mesas, cadeiras, ar-condicionado, ventiladores, etc; gastos com impostos, taxas e tributos (inclusive aduaneira), depreciação (do valor de um bem permanente), contribuições (sindicais e de classe, etc.).
<b>Avaliação da Saúde e do Desempenho</b>	Investimentos destinados para avaliação, prescrição e tratamentos de atletas; investimentos com materiais não-esportivos, utilizados por profissionais de saúde como médicos, fisioterapeutas, fisiologistas, nutricionistas, etc; investimentos para a aquisição de equipamentos não-esportivos, utilizados por profissionais de saúde como médicos, fisioterapeutas, inclusive para avaliação e testes de atletas; despesas com exames ou avaliações de atletas, exames antidoping, realizadas por entidades credenciadas para esse fim; investimentos com testes e avaliações para identificação e desenvolvimento de talentos esportivos
<b>Marketing</b>	Investimentos com publicidade, propaganda, promoção de vendas, merchandising, relações públicas, marketing pessoal, venda pessoal e marketing esportivo, isto é, com o conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes.

Detectou-se que os recursos das fontes supracitadas podem ser recebidos por seis destinos diferentes e, por estes, aplicados de 13 formas diferentes (Tabela 2). Destaca-se que a categorização aqui apresentada se baseia na utilização real dos recursos financeiros, realizada nos dois últimos ciclos olímpicos (2009 a 2012 e 2013 a 2016), conforme dados coletados no Ministério do Esporte.

Importa salientar que conhecer “o que” (fontes) é investido e “como” (destino e forma de aplicação) os recursos financeiros são realmente utilizados pode colaborar com a qualificação da tomada de decisão de gestores, melhorar a eficiência das políticas esportivas, ou seja, melhorar a relação entre os investimentos e os resultados desejados.

Ressalta-se ainda que o método de categorização das fontes, dos destinos e das formas de aplicação dos recursos desenvolvida neste trabalho permite o estudo comparativo e simultâneo de todas as fontes de recursos públicos federais e privados disponíveis para o EAR brasileiro, possibilitando o monitoramento do uso de tais recursos no futuro, assim como da avaliação da eficácia das formas de destinação e aplicação realizadas do passado.

#### **4 DISCUSSÃO**

Na literatura internacional os recursos financeiros são tratados como o suporte inicial, de entrada de um sistema esportivo. Pesquisas anteriores indicam claramente que os países que mais investem no esporte de elite criam mais oportunidades para os atletas alcançarem o sucesso. Por exemplo, Green e Oakley<sup>8</sup> encontraram uma relação linear entre o dinheiro gasto e as medalhas totais conquistadas pela Austrália desde a década de 1980. Segundo De Bosscher et al.<sup>2</sup>, o melhor preditor de sucesso nos resultados esportivos parece ser a quantidade absoluta de recursos financeiros alocados no esporte de elite.

Neste contexto, pesquisas têm apontado para a elevada importância da participação do Estado no apoio e financiamento das atividades esportivas que garantam a formação e o desenvolvimento de atletas. O desenvolvimento esportivo de um país parece estar fortemente relacionado com este fator, como demonstram os casos das assim chamadas potências esportivas ou em desenvolvimento, tais como: Austrália, China, Cuba, França, Rússia, Alemanha e Espanha<sup>2,9</sup>.

No Brasil, a partir de 2004, o fomento financeiro ao Esporte de Alto Rendimento realizado historicamente por meio de isenções de taxas, tributos e impostos às próprias entidades esportivas, foi somado a uma série de ações governamentais, principalmente na esfera federal, com destaque aos convênios (Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 e

Portaria Interministerial 507, de 24 de novembro), a concessão de bolsas para atletas (Lei 10.892, de 9 de julho de 2004) e, a Lei de Incentivo ao Esporte (11.438, de 29 de dezembro de 2006)<sup>4</sup>.

Contudo, mesmo diante desta gama de fontes de financiamento e sabendo-se que os financiadores das atividades esportivas são principalmente as pessoas jurídicas de direito público, dentre elas as empresas estatais e os órgãos do setor público, que por meio de políticas e ações destinam recursos financeiros ao EAR<sup>9</sup>, não havia um método construído que apresentasse informações sistematizadas sobre os destinos e as formas de aplicação dos recursos disponíveis para o esporte de elite brasileiro.

Este trabalho complementa o estudo de Ferreira et al.<sup>4</sup>, quando os pesquisadores mapearam somente os destinos e as formas de aplicação dos recursos oriundos dos convênios (Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007) investidos em esportes paralímpicos, visto que as fontes, os destinos e as formas de aplicação apresentadas no presente estudo abrange todos os esportes e todas as fontes de financiamento do EAR brasileiro.

A gestão de dados está se tornando uma ferramenta de gestão cada vez mais útil na análise do desempenho em esportes de elite e no apoio à tomada de decisão, o que é crucial para obter sucesso no cenário desportivo e gerencial. Ao mesmo tempo, várias organizações esportivas adotaram uma abordagem baseada em evidências para analisar o desempenho esportivo<sup>15</sup>. Há também um interesse crescente no desenvolvimento de modelos de inteligência e sistemas de previsão para esportes de elite<sup>14</sup>.

Trabalhos em várias partes do mundo vêm sendo realizadas na tentativa de compreender o funcionamento dos sistemas esportivos e os fatores que interferem no sucesso do esporte de elite de diferentes países<sup>2, 8, 10, 11, 12</sup>. Àqueles que analisam as estruturas esportivas dos países coletam informações para, de maneira sistematizada, compreender as variáveis ou dimensões que envolvem os seus sistemas esportivos. Por isso, conhecer detalhadamente o financiamento do EAR no Brasil pode colaborar profundamente com a gestão dos recursos, conseqüentemente, com o monitoramento de sua destinação e de sua aplicação.

Segundo Mazzei et al.<sup>13</sup>, há subaproveitamento dos recursos financeiros disponíveis para o esporte brasileiro, assim como inexistência de metas e controle de dos investimentos. Diante desta realidade, este estudo colabora com o conhecimento e com a gestão do Esporte de Alto Rendimento no país, tornando mais claras as explicações sobre os investimentos realizados em atletas e entidades.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho evidenciou que o Esporte de Alto Rendimento (EAR) brasileiro possui oito fontes para seu financiamento. Os recursos destas fontes podem ser destinados tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas e, por estes aplicados de 13 formas diferentes, categorizadas de acordo com o método construído e descrito neste estudo. Após a categorização das informações das fontes de financiamento do EAR, evidenciou-se que os recursos podem ser aplicados em (1) Atletas, (2) Recursos humanos, (3) Treinamento, (4) Competição, (5) Material esportivo, (6) Equipamento esportivo, (7) Instalação esportiva, (8) Pesquisa científica, (9) Capacitação, (10) Tecnologia, (11) Despesa administrativa, (12) Avaliação da saúde e do desempenho, além dos investimentos com (13) Marketing.

O Brasil tem investido recursos financeiros no esporte de alto rendimento com maior intensidade nos anos anteriores aos Jogos Rio 2016, com o objetivo de ter sucesso e melhores resultados esportivos em grandes eventos internacionais. Uma das estratégias adotadas pelo governo brasileiro é o repasse de recursos financeiros para organizações como as entidades que administram os esportes olímpicos e paralímpicos, assim como para outros entes públicos. Sendo assim, a sistematização dos dados apresentada neste trabalho e a construção do método de categorização das informações, ao identificar e classificar ações, entidades ou públicos a que são destinados tais recursos, pode colaborar substancialmente com a avaliação de políticas e ações governamentais.

Adicionalmente, a estratégia utilizada nesse estudo – identificação dos destinos e das formas de aplicação dos recursos financeiros – pode colaborar com futuras pesquisas que objetivem avaliar os investimentos de duas ou mais fontes de recurso, simultaneamente, podendo-se determinar “o que” é investido e “como” os recursos são utilizados.

---

### **CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES**

Alan de Carvalho Dias Ferreira participou do mapeamento dos dados, das análises e da produção do texto do artigo. Alberto Reinaldo Reppold Filho orientou o trabalho e revisou o texto final.

### **AGRADECIMENTOS**

Os autores gostariam de agradecer à Fundação de Apoio da Universidade do Rio Grande do Sul e ao Ministério do Esporte por seu apoio durante o desenvolvimento do trabalho.

### **FINANCIAMENTO**

Este trabalho foi apoiado e financiado pelo Ministério do Esporte, conforme convênio número 58.701.004100.2012-30.

## REFERÊNCIAS

1. Andersen S, Ronglan LT (Eds.). Norway: AIT Otta AS. Sport for all and elite sport: Do they benefit one another? In NOC\*NSF (Ed.), proceedings of the 9th World Sport for All Congress, 'Sport for all and elite sport: Rivals or partners?' p. 25, NOCNSF, Ahrnem, NL, 2012.
2. De Bosscher V, Shibli S, Westerbeek H, Van Bottenbrug M. Successful Elite Sport Policies: an international comparison of the Sports Policy factors Leading to Internacional Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations. Meyer & Meyer Sports (UK) Ltd. Reino Unido, 2015.
3. Brasil. Lei no 12.798, de 4 de abril de 2013b. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12798.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12798.htm). Acesso em: 14 jul. 2018.
4. Ferreira ACD, Vitor KP, Haiachi MC, Reppold Filho AR. Financing of the Paralympic Sports In Brazil: Agreements. Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) – Especial Section, “Disability, Education, Technology and Sport”, Vol. 11, No. 01, Jan-Mar, 2018.
5. Ferreira ACD. Um método para a gestão de informações do Esporte de Alto Rendimento no Brasil. 2018. 503 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
6. Brasil. Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 25 de março de 1998.
7. Valentim MLP. Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.
8. Green M, Oakley B. Elite sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. Leisure Studies. v.20, p. 247–267, 2001.
9. Ferreira R. Políticas para o Esporte de Alto Rendimento – Estudo Comparativo de alguns Sistemas Esportivos Nacionais visando um Contributo para o Brasil. São Paulo, 2007.
10. Digel HBA. Comparison of competitive sport systems. New Studies in Athletics. v.17, 1, p. 37-50, 2002.
11. De Bosscher V, Bingham J, Shibli S, Van Bottenburg M, De Knop P. The global sporting arms race. An internacional comparative study on sports Policy factors leading to international sporting success. Oxford: Meyer & Meyer Sport (UK), 2008.
12. Houlihan B, Green M. Comparative elite sport development: systems, structures and public policy. Elsevier. Burlington, 2008.

13. Mazzei LC, De Barros MT, Da Cunha BF, Silveira BMT, De Bosscher, V. High performance sport in Brazil. Structure and policies comparison with the international contexto. *Gestión y Política Pública*, pp. 83-111, 2015.
14. Link, D. (2018). Sports Analytics. *German Journal of Exercise and Sport Research*, 48 (1), 13-25.
15. Sands, W. A., Kavanaugh, A. A., Murray, S. R., McNeal, J. R., & Jemni, M. (2017). Modern techniques and technologies applied to training and performance monitoring. *International Journal of Sports Physiology and Performance*, 12, 263–272.
16. Gil, A. C. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
17. Santos, P. S. L., Cêa, S. S., Malta, F. M. C., Prado, E. C., Ferreira, G. C. G., Diógenes, E. M. N. (2019). Políticas públicas de esporte x educação física: uma lógica de mercadorização e espetacularização do fenômeno esportivo. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 1, p. 5230-5241.